

# **Lagoa Nova Transmissora de Energia Elétrica S.A.**

Demonstrações Financeiras  
Referentes ao Exercício Findo em  
31 de Dezembro de 2022 e  
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

## **Lagoa Nova Transmissora de Energia Elétrica S.A.**

Demonstrações Financeiras

Referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022

### Índice

Relatório da Administração .....	1
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	2
Balanco patrimonial.....	5
Demonstração do resultado .....	6
Demonstração do resultado abrangente.....	7
Demonstração da mutação do patrimônio líquido .....	8
Demonstração do fluxo de caixa .....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	10

## Relatório da Administração

A Administração da Lagoa Nova Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("LNT" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à apreciação dos senhores acionistas o relatório da administração e as demonstrações financeiras acompanhadas do respectivo relatório do auditor independente relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

### A Companhia

A LNT é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída no exercício de 2017, que tem por objeto principal a exploração da concessão de serviços públicos de transmissão relativos às instalações de transmissão de energia elétrica no estado do Rio Grande do Norte, proveniente do Leilão ANEEL nº 05/2016.

A LNT é uma controlada da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa").

<b>Desempenho Financeiro - R\$ mil</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Receita operacional líquida	18.565	30.355
EBITDA	15.921	28.455
Margem EBITDA	85,76%	93,74%
<b>Reconciliação do EBITDA</b>		
Lucro líquido do exercício	10.107	19.118
Resultado financeiro	4.923	8.283
Imposto de renda e contribuição social	890	1.053
Depreciação e amortização	1	1
EBITDA	15.921	28.455

EBITDA - É o lucro líquido antes dos impostos, das despesas financeiras líquidas e dos custos e despesas de depreciação e amortização. O EBITDA não é reconhecido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, não representa um fluxo de caixa para os exercícios apresentados, e não deve ser considerado como um lucro líquido alternativo, tampouco é indicador de desempenho. O EBITDA apresentado é utilizado pela Companhia para medir o seu próprio desempenho.

### Governança Corporativa

A Taesa realiza atividades administrativas da LNT e implanta na concessão os mesmos princípios de Governança Corporativa e Qualidade, comuns a todas as concessões do Grupo.

### Política de Qualidade

A LNT, respaldada pela Alta Administração, manifesta seu compromisso com a qualidade, declarando como diretrizes globais da Companhia o completo atendimento dos requisitos do cliente, o comprometimento com a melhoria contínua e a excelência no sistema de gestão da qualidade, direcionados à execução dos serviços de operação e manutenção de linhas de transmissão de energia elétrica.

### Declaração da Diretoria

Os membros da Diretoria, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia e com a opinião do auditor independente da Companhia expressa no Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

### Relacionamento com o Auditor Independente

A Companhia contratou a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes LTDA para prestação de serviços de auditoria independente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 pelo valor de R\$ 45 mil.

As políticas da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa do seu auditor independente visam assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da  
Lagoa Nova Transmissora de Energia Elétrica S.A.

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Lagoa Nova Transmissora de Energia Elétrica S.A. (“Companhia” ou “LNT”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Lagoa Nova Transmissora de Energia Elétrica S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outros assuntos**

#### *Informações comparativas - valores correspondentes*

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram auditadas por outro auditor independente, que emitiu relatório, em 23 de março de 2022, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

#### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

## **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

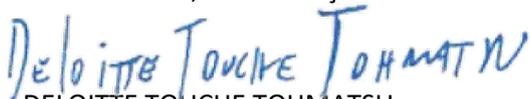
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 24 de março de 2023

  
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ

  
Marcelo Salvador  
Contador  
CRC nº MG 089422/O-0

**Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021**  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<b>Ativos</b>			
<i>Ativos circulantes</i>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.474	3.162
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	6	1.468	1.401
Ativo de contrato de concessão	7	13.198	12.342
Impostos e contribuições sociais correntes	8	392	249
Outras contas a receber		336	508
<b>Total dos ativos circulantes</b>		<b>20.868</b>	<b>17.662</b>
<i>Ativos não circulantes</i>			
Títulos e valores mobiliários	5	4.789	5.043
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	11	62	3
Ativo de contrato de concessão	7	131.404	127.869
Depósitos judiciais		18	18
Imobilizado		8	8
<b>Total dos ativos não circulantes</b>		<b>136.281</b>	<b>132.941</b>
<b>Total dos ativos</b>		<b>157.149</b>	<b>150.603</b>
<b>Passivos</b>			
<i>Passivos circulantes</i>			
Fornecedores		106	128
Empréstimos e financiamentos	12	5.524	6.327
Impostos e contribuições sociais correntes	8	272	191
Taxas regulamentares		170	110
Dividendos a pagar	11	2.400	7.360
Outras contas a pagar		407	414
<b>Total dos passivos circulantes</b>		<b>8.879</b>	<b>14.530</b>
<i>Passivos não circulantes</i>			
Empréstimos e financiamentos	12	47.995	51.248
Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis		18	18
Impostos e contribuições sociais diferidos	9	4.454	4.319
Tributos diferidos	10	5.272	5.112
Outras contas a pagar		87	-
<b>Total dos passivos não circulantes</b>		<b>57.826</b>	<b>60.697</b>
<b>Total dos passivos</b>		<b>66.705</b>	<b>75.227</b>
<i>Patrimônio líquido</i>			
Capital social		41.116	41.116
Reserva de lucros		49.328	34.260
<b>Total do patrimônio líquido</b>	14	<b>90.444</b>	<b>75.376</b>
<b>Total dos passivos e do patrimônio líquido</b>		<b>157.149</b>	<b>150.603</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

**Demonstração do resultado**  
**para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021**  
**(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)**

	<b>Nota expli- cativa</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Receita de implementação de infraestrutura, correção monetária do ativo de contrato de concessão, operação e manutenção e outras, líquidas		6.557	19.540
Remuneração do ativo contrato de concessão		12.008	10.815
<b>Receita operacional líquida</b>	18	<b>18.565</b>	<b>30.355</b>
<i>Custos operacionais</i>			
Pessoal		(622)	(337)
Material		(91)	(89)
Serviços de terceiros		(1.233)	(955)
Depreciação e amortização		-	-
Outros custos operacionais		(379)	(175)
	19	<b>(2.325)</b>	<b>(1.556)</b>
<b>Lucro Bruto</b>		<b>16.240</b>	<b>28.799</b>
<i>Despesas gerais e administrativas</i>			
Pessoal e administradores		(132)	(13)
Serviços de terceiros		(152)	(287)
Depreciação e amortização		(1)	(1)
Outras despesas operacionais		(35)	(44)
	19	<b>(320)</b>	<b>(345)</b>
<b>Lucro antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, da equivalência patrimonial e dos impostos e contribuições</b>		<b>15.920</b>	<b>28.454</b>
Receitas financeiras		899	308
Despesas financeiras		(5.822)	(8.591)
<b>Receitas (despesas) financeiras líquidas</b>	20	<b>(4.923)</b>	<b>(8.283)</b>
<b>Lucro antes dos impostos e contribuições</b>		<b>10.997</b>	<b>20.171</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes		(755)	(498)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(135)	(555)
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	13	<b>(890)</b>	<b>(1.053)</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>10.107</b>	<b>19.118</b>
<b>Lucro por ação</b>			
Ação ordinária - básico e diluído (em R\$)	17	0,24582	0,46498
Ação preferencial - básico e diluído (em R\$)	17	0,24582	0,46498

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

**Demonstração do resultado abrangente  
para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Valores expressos em milhares de reais)**

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>10.107</b>	<b>19.118</b>
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Resultado abrangente total do exercício</b>	<b>10.107</b>	<b>19.118</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

**Demonstração da mutação do patrimônio líquido  
para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)**

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros			Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
			Legal	Reserva especial	Lucros a realizar			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>41.116</b>	<b>1.460</b>	<b>18.223</b>	-	<b>2.736</b>	-	<b>63.535</b>
Aprovação dos dividendos adicionais		-	-	-	-	(2.736)	-	(2.736)
Dividendos intercalares aprovados		-	-	-	-	-	(2.900)	(2.900)
Lucro do exercício		-	-	-	-	-	19.118	19.118
Destinação do lucro líquido do exercício:								
Reserva legal		-	956	-	-	-	(956)	-
Reserva de lucros a realizar		-	-	-	13.621	-	(13.621)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(1.641)	(1.641)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	14	<b>41.116</b>	<b>2.416</b>	<b>18.223</b>	<b>13.621</b>	-	-	<b>75.376</b>
Aprovação dos dividendos adicionais		-	-	-	-	-	-	-
Trasferência entre reserças de lucros		-	-	(18.223)	18.223	-	-	-
Transferência de dividendos declarados para reserva de lucros a realizar		-	-	-	7.362	-	-	7.362
Dividendos intercalares aprovados		-	-	-	-	-	-	-
Lucro do exercício		-	-	-	-	-	10.106	10.106
Destinação do lucro líquido do exercício:								
Reserva legal		-	505	-	-	-	(505)	-
Reserva de lucros a realizar		-	-	-	7.201	-	(7.201)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(2.400)	(2.400)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	14	<b>41.116</b>	<b>2.921</b>	-	<b>46.407</b>	-	-	<b>90.444</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

**Demonstração do fluxo de caixa  
para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)**

	<b>Nota explicativa</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Lucro líquido do exercício		10.107	19.118
Ajustes para:			
Imposto de renda e contribuição social correntes	13	755	498
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	135	555
Tributos diferidos	18	159	659
Juros, var monet e cambiais líq e mtm sobre emprest e Financ	12 e 20	5.054	7.920
Depreciação e amortização	19	1	1
Remuneração do ativo de contrato de concessão	6 e 18	(12.008)	(10.815)
Correção monetária do ativo de contrato de concessão	6 e 18	(5.545)	(18.972)
Receita de aplicação financeira		(551)	(102)
Provisão (Reversão) para parcela variável	6	13	(30)
		<u>(1.880)</u>	<u>(1.168)</u>
Variações nos ativos e passivos:			
Redução no saldo de contas a receber de concessionárias e permissionárias e ativo de contrato de concessão		13.163	11.882
(Aumento) no saldo de clientes		(138)	-
(Aumento) no saldo de impostos e contribuições sociais ativos, líquido do passivo		(207)	(228)
Redução no saldo de tributos diferidos		1	-
(Aumento) redução no saldo de outros créditos		172	(130)
(Redução) no saldo de fornecedores		(22)	(368)
Aumento no saldo de taxas regulamentares		59	3
Aumento no saldo de outras contas a pagar		80	240
		<u>13.108</u>	<u>11.399</u>
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>11.228</b>	<b>10.231</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos		(610)	(373)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>10.618</b>	<b>9.858</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Redução (aumento) no saldo de títulos e valores mobiliários		804	(62)
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento</b>		<b>804</b>	<b>(62)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	12	(3.543)	(3.506)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	12	(5.567)	(7.412)
Pagamento de dividendos	11	-	(3.648)
<b>Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamento</b>		<b>(9.110)</b>	<b>(14.566)</b>
<b>Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>2.312</b>	<b>(4.770)</b>
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	4	3.162	7.932
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	4	5.474	3.162
<b>Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>2.312</b>	<b>(4.770)</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

### **1. INFORMAÇÕES GERAIS**

A Lagoa Nova Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("LNT" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 09 de junho de 2017, que tem por objeto social explorar concessões de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, prestados mediante a implantação, a construção, a operação e a manutenção de instalações de transmissão, incluindo serviços de apoio e administrativos, necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e nos regulamentos em vigor.

A Companhia detém a concessão para construção, operação e manutenção das instalações localizadas no estado do Rio Grande do Norte, sendo (i) LT 230 kV Lagoa Nova II - Currais Novos II, CD, com 28 km, e (ii) SE Currais Novos II 230/69 kV, 2 x 100 MVA, nos termos do Contrato de Concessão nº 30/2017 celebrado com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, por um prazo de 30 anos. A Companhia finalizou suas obras e entrou em operação em março de 2019.

A LNT passou a ser uma controlada integral da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa") a partir de 13 de março de 2020, e de acordo com o previsto no Contrato de Concessão assinado com a ANEEL, a Taesa, como acionista controlador, possui o compromisso de garantir que todas as obrigações e encargos estabelecidos no referido contrato sejam cumpridos.

### **2. BASE DE PREPARAÇÃO**

#### **2.1. Declaração de conformidade**

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e foram aprovadas pela Administração em 24 de março de 2023.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Todas as informações relevantes das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às informações utilizadas na gestão da Companhia.

#### **2.2. Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos, mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

#### **2.3. Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, moeda funcional da Companhia e foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### **2.4. Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

a) Ativo de contrato de concessão - A Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de performance (implementar a infraestrutura, operar e manter).

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo de contrato de concessão se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo de contrato de concessão é registrado em contrapartida a receita de implementação da infraestrutura, que é reconhecida com base nos gastos incorridos, acrescidos de margem de construção.

A parcela do ativo de contrato de concessão indenizável final é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

A margem de lucro atribuída a obrigação de performance de implementação da infraestrutura é definida com base nas melhores estimativas e expectativas da Administração sobre os projetos implementados pela Companhia, onde são levados em consideração diversos fatores, como (i) características e complexidade dos projetos, (ii) cenário macroeconômico e (iii) expectativa de investimentos e recebimentos.

A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada com base no preço de venda individual do serviço, a partir de informações disponíveis sobre o valor da contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da prestação dos serviços prometidos ao cliente, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente à remuneração pela atividade de operar e manter, conforme CPC 47 - Receita de contrato com o cliente e os custos incorridos para a prestação de serviços da atividade de operação e manutenção.

A taxa aplicada ao ativo de contrato de concessão reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada projeto e representa a melhor estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão é estabelecida na data do leilão.

Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo de contrato de concessão é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado.

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada projeto, considerando a estimativa da contraprestação como parcela variável.

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido, que considera os custos incorridos, bem como a margem de lucro estimada, à medida que os serviços são prestados. A receita de operação e manutenção sofrerá alteração em função da inflação, conforme índice de atualização previsto em contrato de concessão, Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

b) Avaliação de instrumentos financeiros - São utilizadas premissas e técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

c) Impostos, contribuições e tributos - Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos, já registradas. São constituídas provisões, quando aplicável, com base em estimativas para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua, baseadas em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável.

d) Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis - A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos externos.

## **2.5. Informações por segmento**

A Companhia atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica e realiza atividade de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado com o ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

## **2.6. Sazonalidade**

A Companhia não possui sazonalidade em suas operações.

## **3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

### **3.1. Reconhecimento de receita**

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas (i) quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente; (ii) quando for possível identificar os direitos; e (iii) quando houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

a) Receita de implementação da infraestrutura - Serviços de implementação, ampliação, reforço e melhorias de instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de implementação de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos, acrescidos de margem.

A receita de implementação de infraestrutura é reconhecida em contrapartida ao ativo de contrato, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de performance de operar e manter. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo de contrato de concessão equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de performance de construir, torna-se um ativo financeiro (contas a receber de concessionárias e permissionárias), pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido.

b) Remuneração do ativo de contrato de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e leilões. A taxa busca

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão e é determinada no início do projeto e não sofre alterações posteriores. A taxa implícita utilizada pela Companhia incide sobre o montante a receber dos fluxos futuros de recebimentos de caixa em 8,66% ao ano.

c) Receita de correção monetária do ativo de contrato de concessão - Correção reconhecida a partir da operacionalização do empreendimento com base no índice de inflação e metodologia definidos no contrato de concessão.

d) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, cujo reconhecimento inicia-se a partir da operacionalização do empreendimento. Esta receita é calculada levando em consideração os custos incorridos na realização da obrigação de desempenho, acrescidos de margem.

### **3.2. Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, que é reconhecida no resultado, por meio do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos.

### **3.3. Instrumentos financeiros**

#### a) Ativos financeiros

Classificação e mensuração - Os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta seus instrumentos financeiros da seguinte forma:

- Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

- Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

(i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros ("impairment") - O modelo de perdas esperadas é aplicado aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

(ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro

## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

### **b) Passivos financeiros**

Os passivos financeiros são classificados como VJR quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos e financiamentos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

### **3.4. Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base no regime do lucro presumido considerando as seguintes premissas: (i) Imposto de renda - base de cálculo de 8% da receita, alíquota do imposto de renda de 15% e adicional de 10% sobre a base tributável excedente de R\$240; e (ii) Contribuição social - base de cálculo de 12% da receita e alíquota da contribuição social de 9%.

A base de cálculo é a receita bruta auferida trimestralmente acrescida de ganhos de capital, dos rendimentos e ganhos líquidos auferidos em aplicações financeiras (renda fixa e variável) e das variações monetárias ativas e demais resultados positivos obtidos pela Companhia.

Os impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Os impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

### **3.5. Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis**

Uma provisão é reconhecida, em virtude de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico venha a ser exigido para liquidar a obrigação. A despesa relativa à constituição de qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

### 3.6. Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e da média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado considerando o efeito de instrumentos dilutivos, quando aplicável.

### 3.7. Demonstração dos fluxos de caixa ("DFC")

A Companhia classifica na DFC os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que os juros pagos representam custos para obtenção de seus recursos financeiros.

### 3.8. Normas e interpretações novas e revisadas

a) Pronunciamentos contábeis em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022 aplicáveis à Companhia:

<b>Norma</b>	<b>Descrição da alteração</b>
IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros	A alteração esclarece que ao aplicar o teste de '10%' para avaliar se o passivo financeiro deve ser baixado, a entidade inclui apenas os honorários pagos ou recebidos entre a entidade (devedor) e o credor, inclusive honorários pagos ou recebidos pela entidade ou credor em nome da outra parte.
IFRS 16/CPC 06 (R2) - Arrendamentos	A alteração exclui o conceito de reembolso de benfeitorias em imóveis de terceiros.
IAS 37 / CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	As alterações especificam que o 'custo de cumprimento' do contrato compreende os 'custos diretamente relacionados ao contrato'. Os custos diretamente relacionados ao contrato compreendem os custos incrementais de cumprimento desse contrato (por exemplo, funcionários ou materiais) e a alocação de outros custos diretamente relacionados ao cumprimento de contratos (por exemplo, alocação das despesas com depreciação para um item do imobilizado usado no cumprimento do contrato).

A aplicação das normas referenciadas na tabela acima não impactou as Demonstrações Financeiras da Companhia.

b) Pronunciamentos contábeis em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022 não aplicáveis à Companhia:

<b>Norma</b>	<b>Descrição da alteração</b>
Alterações no CPC 00: Referência à estrutura conceitual	Em 14 de maio de 2020, o IASB emitiu alterações à IFRS 3, correlacionado ao CPC 00. As alterações atualizam uma referência desatualizada à estrutura conceitual na IFRS 3 sem alterar significativamente os requisitos da norma.
Alterações à IAS 16/CPC 27 Imobilizado - Recursos Antes do Uso Pretendido	As emendas proíbem deduzir do custo de um item do ativo imobilizado quaisquer receitas provenientes da venda de itens produzidos ao trazer esse ativo para o local e condição necessária para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela administração. Consequentemente, a entidade reconhece esses recursos da venda e correspondentes custos no resultado.
IFRS 1/CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	A alteração prevê medida adicional para uma controlada que se torna adotante inicial depois da sua controladora com relação à contabilização de diferenças acumuladas de conversão.

c) Normas novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis:

<b>Norma</b>	<b>Descrição da alteração</b>
IFRS 17 - Contratos de Seguro (CPC 50)	A IFRS 17 estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui a IFRS 4 – Contratos de Seguro (CPC 11).

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

<b>Norma</b>	<b>Descrição da alteração</b>
Alterações à IFRS 10 - CPC 36 (R3)	Demonstrações Consolidadas e IAS 28 / CPC 18 (R2) - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture.
IAS 1/ CPC 26 (R1): Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de covenants como circulante ou não circulante e exercendo Julgamentos de Materialidade - Divulgação de Políticas Contábeis.
Alterações à IAS 8	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23) - Definição de Estimativas Contábeis.
Alterações à IAS 12	Tributos sobre o Lucro (CPC 32) - Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação.

Os diretores não esperam que a adoção das normas listadas acima tenham impacto relevante sobre as demonstrações financeiras do Grupo em períodos futuros.

#### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Caixa e bancos	33	35
Aplicações financeiras	5.441	3.127
	<b>5.474</b>	<b>3.162</b>

<b>Taxa de rentabilidade anual acumulada das aplicações financeiras</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
CDB	100,66% do CDI	100,07% do CDI

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

#### 5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
<u>Fundo de investimentos</u>		
BNB Automático FI RF curto prazo	4.789	5.043
<b>Ativo não circulante</b>	<b>4.789</b>	<b>5.043</b>
<u>Taxa de rentabilidade acumulada</u>		
Fundo	92,41% do CDI	78,89% do CDI

Fundo BNB Automático - Fundo não exclusivo, sob administração e gestão do Banco BNB, que tem como característica aplicar em títulos de emissão do Tesouro Nacional com características de renda fixa e o objetivo de buscar acompanhar as oscilações da taxa de juros, com exposição a risco de crédito. Fundo constituído para atender às cláusulas restritivas do contrato de financiamento com o BNB.

#### 6. CONTAS A RECEBER DE CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Concessionárias e permissionárias	1.543	1.404
Parcela variável (i)	(13)	-
	<b>1.530</b>	<b>1.404</b>
<b>Circulante</b>	<b>1.468</b>	<b>1.401</b>
<b>Não circulante (ii)</b>	<b>62</b>	<b>3</b>

(i) Parcela variável em aberto ou em discussão (provisão) com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, decorrente dos desligamentos automáticos e programados, ocorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, que devido aos limites de desconto, estabelecidos pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, será deduzida dos próximos recebimentos. (ii) Saldo refere-se à usuários que contestaram a cobrança dos montantes determinados pelo ONS nas esferas administrativa e judicial. A Companhia acompanha a evolução dos processos administrativos junto ao ONS e a ANEEL, aguardando, também, a decisão dos processos judiciais.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Composição do Contas a Receber	Valores Correntes					31/12/2022	31/12/2021
	Corrente a vencer	Corrente Vencida					
	Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		
Encargos de Uso da Rede Elétrica	1.464	3	57	7	12	<b>1.543</b>	<b>1.404</b>

A Companhia não contabiliza provisão para créditos de liquidação duvidosa, pois no caso de não pagamento, a própria, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

• Principais características dos contratos de concessão

RAP - A prestação do serviço público de transmissão ocorrerá mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

Faturamento da receita de operação, manutenção e implementação da infraestrutura - Pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito ao faturamento anual de operação, manutenção e implementação da infraestrutura, reajustado e revisado anualmente.

Parcela variável - A receita de operação, manutenção e implementação da infraestrutura estará sujeita a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST. A parcela referente ao desconto anual por indisponibilidade não poderá ultrapassar 12,5% da receita anual de operação, manutenção e implementação da infraestrutura da transmissora, relativa ao período contínuo de 12 meses anteriores ao mês da ocorrência da indisponibilidade, inclusive esse mês. Caso seja ultrapassado o limite supracitado, a transmissora estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução nº 318, de 6 de outubro de 1998, no valor máximo por infração incorrida de 2% do valor do faturamento anual de operação, manutenção e construção dos últimos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração.

Extinção da concessão e reversão de bens vinculados - O advento do termo final do contrato de concessão determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o referido contrato até a assunção de uma nova transmissora. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se os levantamentos e as avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente designado, e seu pagamento será realizado com os recursos da Reserva Global de Reversão - RGR. A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pelas concessões das linhas de transmissão de energia por meio de investimentos adicionais quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica. A Administração entende que a melhor estimativa para o valor de indenização é o valor residual do ativo imobilizado.

Renovação - A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, mediante requerimento prévio da transmissora.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Aspectos ambientais - A transmissora deverá implementar, operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis, adotando todas as providências necessárias perante o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

Descumprimento de penalidades - Nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração ou notificação ou determinação da ANEEL e dos procedimentos de rede, para regularizar a prestação de serviços, poderá ser decretada a caducidade da concessão, na forma estabelecida na lei e no contrato de concessão, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da transmissora perante o Poder Concedente, a ANEEL, os usuários e terceiros, e das indenizações cabíveis. Alternativamente à declaração de caducidade, a ANEEL poderá propor a desapropriação do bloco de ações de controle da transmissora e levá-lo a leilão público. O valor mínimo definido para o leilão será o montante líquido da indenização que seria devida no caso da caducidade. Aos controladores será transferido, do montante apurado, o valor equivalente às respectivas participações.

Estrutura de formação da RAP - A Companhia é remunerada pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica e da Rede Básica de Fronteira, não estando vinculada à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão. A remuneração pelas Demais Instalações de Transmissão - DIT que não pertencem à Rede Básica é feita por meio de uma tarifa definida pela ANEEL.

- Resoluções homologatórias emitidas pela ANEEL

Ciclo 2022-2023			Ciclo 2021-2022			Ciclo 2020-2021		
Resolução nº 3.067 de 12/07/2022			Resolução nº 2.959 de 13/07/2021 (i)			Resolução nº 2.725 de 14/07/2020		
Período: de 01/07/2022 a 30/06/2023			Período: de 01/07/2021 a 30/06/2022			Período: de 01/07/2020 a 30/06/2021		
RAP	Parcela de Ajuste	Total	RAP	Parcela de Ajuste	Total	RAP	Parcela de Ajuste	Total
15.519	(574)	14.945	13.890	(350)	13.540	12.854	(525)	12.329

(i) A Resolução Homologatória nº 2.959 de 05 de outubro de 2021 alterou a Resolução Homologatória nº 2.895 de 13 de julho de 2021.

## 7. ATIVO DE CONTRATO

Mutações do ativo de contrato de concessão					
Linhas de transmissão	31/12/2021	Remuneração	Correção monetária	Recebimentos	31/12/2022
LT Lagoa Nova II - Currais Novos II e SE Currais Novos - RN	140.211	12.008	5.545	(13.162)	144.602
<b>Circulante</b>	<b>12.342</b>				<b>13.198</b>
<b>Não circulante</b>	<b>127.869</b>				<b>131.404</b>

Mutações do ativo de contrato de concessão					
Linhas de transmissão	31/12/2020	Remuneração	Correção monetária	Recebimentos	31/12/2021
LT Lagoa Nova II - Currais Novos II e SE Currais Novos - RN	122.236	10.815	18.972	(11.812)	140.211
<b>Circulante</b>	<b>11.260</b>				<b>12.342</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>110.976</b>				<b>127.869</b>

## 8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS CORRENTES

	31/12/2022	31/12/2021
<u>Ativo Circulante</u>		
IRPJ e CSLL antecipados e a compensar / IRRF sobre aplicações financeiras	289	152
Impostos e contribuições retidos	4	4
Outros	99	93
	<b>392</b>	<b>249</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	31/12/2022	31/12/2021
<b>Passivo Circulante</b>		
IRPJ e CSLL correntes	206	136
PIS e COFINS	48	43
INSS e FGTS	2	2
ISS	6	5
ICMS	-	(2)
Outros	10	7
	<b>272</b>	<b>191</b>

## 9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DIFERIDOS

	31/12/2022	31/12/2021
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias – passivo (*)	<b>4.454</b>	<b>4.319</b>

(\*) Valores substancialmente relacionados à aplicação do CPC 47.

## 10. TRIBUTOS DIFERIDOS

	31/12/2022	31/12/2021
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS – Passivo (*)	<b>5.272</b>	<b>5.112</b>

(\*) Valores substancialmente relacionados à aplicação do CPC 47.

## 11. PARTES RELACIONADAS

I – Outras Contas a receber – OCR, Contas a Receber de Concessionárias e Permissionárias - CRCP e Outras Contas a Pagar – OCP.

### a) Ativos e receitas

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas				
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor original	Período de vigência	Taxa de juros/ Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção e outras informações relevantes
<b>Transação com empresas ligadas</b>					
1	CRCP x receitas - Contrato de prestação de serviço de transmissão de energia elétrica ("PSTEL") – CEMIG	Os valores são definidos pela ONS a cada emissão do AVC	Até o término da concessão	N/A	Não Aplicável.

R E F	Contratos e outras transações	Ativo		Receitas	
		31/12/2022	31/12/2021	2022	2021
<b>Transação com empresa ligadas</b>					
1	PSTEL – CEMIG	46	45	541	544
		<b>46</b>	<b>45</b>	<b>541</b>	<b>544</b>

Não existem provisões para créditos de liquidação duvidosa relacionada com o montante dos saldos existentes.

### b) Passivos e despesas

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas				
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor original	Período de vigência	Taxa de juros/ Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção
<b>Transações com Controladora</b>					
1	OCP x Serviço de terceiros - Serviços de "back-office" - Taesa	R\$ 10 Valor mensal	15/06/2020 a 15/06/2025	Multa de 2% a. m. + juros de mora/ Atualização anual pelo IPCA.	O presente contrato foi rescindido e absorvido integralmente pelo contrato de Compartilhamento de Infraestrutura e Recursos Humanos.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas				
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor original	Período de vigência	Taxa de juros/ Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção
2	OCP x Despesas operacionais – Compartilhamento de Infra. e RH – Taesa	N/A	01/12/2021 a 01/12/2026	N/A	Os valores são definidos através dos critérios de rateio e alocação que tem como base o ativo imobilizado da contratante. Caso ocorra variações consideráveis nos critérios de alocação, a contratante poderá solicitar a revisão através da formalização via termo aditivo.
3	OCP x Serviço de terceiros - Serviços de O&M - Taesa	R\$ 24 Valor mensal	15/05/2020 a 15/05/2025	Multa de 2% a. m. + juros de mora de 1%/ Atualização anual pelo IPCA.	O contrato pode ser rescindido nos seguintes casos: Inadimplemento comprovado de qualquer cláusula contratual, Incapacidade técnica, recuperação judicial.
4	OCP x disponibilidades - reembolso de despesas - Taesa (*)	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.

(\*) Como parte do processo de gerenciamento e rateio dos custos e despesas do Grupo Taesa, em determinadas situações uma das empresas efetua o pagamento desses gastos por conta e ordem de outras empresas do Grupo Taesa. A Administração considera para fins de divulgação apenas o saldo em aberto (a pagar ou a receber) no Grupo Taesa. A Companhia entende que não existe um montante envolvido específico a ser divulgado nem impacto no resultado. Não há incidência de juros nem atualizações monetárias.

R E F	Contratos e outras transações	Passivo		Custos / Despesas	
		31/12/2022	31/12/2021	2022	2021
<b>Transações com a Controladora</b>					
1	Serviços de "back-office" - Taesa	-	-	-	121
2	Compartilhamento de Infra. e RH – Taesa	33	56	516	56
3	Serviços de "O&M" - Taesa	52	52	622	334
4	Previdencia privada - FORLUZ	-	-	3	-
		<b>85</b>	<b>108</b>	<b>1.141</b>	<b>511</b>

## II – Dividendos a pagar

Dividendos a pagar	31/12/2021	Retificação AGO (*)	Adição	31/12/2022
<b>Taesa</b>	<b>7.360</b>	<b>(7.360)</b>	<b>2.400</b>	<b>2.400</b>

(\*) A AGO de 11 de maio de 2022 retificou a proposta de destinação do resultado de 2021. Com essa decisão, com base no estatuto, foram reclassificados R\$1.640 de dividendos mínimos obrigatórios e R\$5.720 do saldo de dividendos a pagar para a reserva de lucros a realizar.

## III - Remuneração da Diretoria e do Conselho de Administração

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os administradores da Companhia abdicaram qualquer tipo de remuneração pelo desempenho de suas funções.

## 12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Características do empréstimo					
Financiador	Data de assinatura	Valor contratado e liberado	Vencimento final	Encargos financeiros anuais	Parcelas a vencer
Banco do Nordeste	27/04/2018	62.750	15/05/2038	Taxa fixa de 2,1087% a.a.	185

A Taesa é interveniente garantidor da fiança bancária.

	31/12/2021	Juros incorridos / Amort. custos	Juros pagos	Amortização de principal	Reversão de custos	31/12/2022
Banco do Nordeste	57.575	5.054	(5.567)	(3.543)		53.519
<b>Circulante</b>	<b>6.327</b>					<b>5.524</b>
<b>Não circulante</b>	<b>51.248</b>					<b>47.995</b>

	31/12/2020	Juros incorridos / Amort. custos	Juros pagos	Amortização de principal	Reversão de custos	31/12/2021
Banco do Nordeste	60.464	7.920	(7.412)	(3.506)	109	57.575
<b>Circulante</b>	<b>6.070</b>					<b>6.327</b>
<b>Não circulante</b>	<b>54.394</b>					<b>51.248</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Os contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas restritivas "covenants" não financeiras de vencimento antecipado durante a vigência dos respectivos contratos. Em 31 de dezembro de 2022, as cláusulas restritivas foram cumpridas.

As informações relativas à exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, são divulgadas na nota explicativa nº 16.

### 13. CRÉDITO (DESPESA) DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Correntes - Calculados sobre a receita bruta com base no regime do lucro presumido.

Reconciliação da taxa efetiva	2022		2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita operacional bruta	19.483	19.483	31.677	31.677
(+/-) Parcela antecipada - superávit/déficit	(565)	(565)	(256)	(256)
Diferença entre regime de caixa e competência	(3.603)	(3.603)	(17.787)	(17.787)
	15.315	15.315	13.634	13.634
Percentual	8%	12%	8%	12%
	1.225	1.838	1.091	1.636
Demais receitas:				
Rendas de aplicação financeira	899	899	308	308
Outras receitas financeiras	6	6	2	2
	905	905	310	310
Base de cálculo	2.130	2.743	1.401	1.946
Imposto de renda - 15%	(319)	-	(210)	-
Adicional de imposto de renda - 10%	(189)	-	(115)	-
Contribuição social - 9%	-	(247)	-	(175)
IRPJ e CSLL - Provisão de Contingências	-	-	-	2
Total de despesa	(508)	(247)	(325)	(173)
<b>Total de IRPJ e CSLL</b>		<b>(755)</b>		<b>(498)</b>

Diferidos - Registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos (que afetem diretamente a receita, uma vez que a Companhia é tributada pelo lucro presumido) e o respectivo valor contábil, incluindo-se entre elas os ajustes decorrentes das Leis nº 11.638/07, nº 11.941/09 e nº 12.973/14.

	2022	2021
Imposto de renda	(88)	(361)
Contribuição social	(47)	(194)
	(135)	(555)

### 14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social - Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social totalmente integralizado era de R\$ 41.116, representado por 41.116.290 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Reservas de lucro - (a) Reserva legal - constituída à base de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social e (b) Reserva de lucros a realizar - constituída com base no artigo 197 da nº Lei 6.404/76.

Remuneração dos acionistas - O estatuto social da Companhia prevê o pagamento de dividendos anual mínimo obrigatório de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício apurado na forma da Lei nº 6.404/76.

Proposta de destinação do lucro líquido societário do exercício	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	10.106	19.118
- Reserva legal (5%)	(505)	(956)
- Dividendos intercalares aprovados	-	(2.900)
- Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	(2.400)	(1.641)
- Reserva de lucros a realizar	(7.201)	(13.621)

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

## 15. COBERTURAS DE SEGUROS

Tipo de Seguro	Seguradora	Vigência	Limite máximo de Indenização	Prêmio
Responsabilidade civil Geral	Fator	20/09/22 a 19/09/23	10.000	-
Risco operacional	FAIRFAX	31/07/22 a 30/07/23	80.921	203
Responsabilidade Civil de Diretores e administradores	ZURICH	18/09/22 a 18/09/23	40.000	-

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza não fazem parte do escopo do nosso auditor independente.

## 16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### 16.1. Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos da Companhia visa identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela Administração. Esses riscos incluem os riscos de capital, de mercado (risco de taxa de juros e outros riscos operacionais, quando aplicável), de crédito e de liquidez. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados.

### 16.2. Gestão do risco de capital

A Companhia administra seus capitais para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital é formada pelo endividamento líquido, ou seja, empréstimos e financiamentos, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa, e patrimônio líquido.

### 16.3. Categorias de instrumentos financeiros

	31/12/2022	31/12/2021
<b>Ativos financeiros</b>		
Valor justo por meio do resultado:		
- Equivalentes de caixa – aplicações financeiras	5.441	3.127
- Títulos e valores mobiliários	4.789	5.043
Custo amortizado:		
- Caixa e Bancos	33	35
- Contas a receber de concessionárias e permissionárias	1.530	1.404
- Rateio de antecipação e parcela de ajuste	106	314
	<b>11.899</b>	<b>9.923</b>
<b>Passivos financeiros</b>		
Outros passivos financeiros ao custo amortizado:		
- Fornecedores	106	128
- Empréstimos e financiamentos	53.519	57.575
	<b>53.625</b>	<b>57.703</b>

### 16.4. Risco de mercado

#### 16.4.1. Gestão do risco de taxa de juros

A receita da Companhia é atualizada mensalmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, as concessionárias poderiam não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Para minimizar o risco de captação insuficiente de recursos com custos e prazos de reembolso considerados adequados, a Companhia monitora permanentemente o cronograma de pagamento de suas obrigações e a sua geração de caixa. Não houve mudança relevante na exposição da Companhia quanto aos riscos de mercado ou na maneira pela qual ela administra e mensura esses riscos.

A Companhia está exposta às flutuações de taxa de juros pós-fixadas sobre empréstimos e financiamentos, debêntures e aplicações financeiras. Esse risco é administrado por meio do monitoramento dos movimentos de taxas de juros.

**16.4.2. Análises de sensibilidade sobre instrumentos financeiros**

As análises de sensibilidade foram elaboradas com base na exposição líquida da Companhia às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos relevantes, em aberto no fim do período deste relatório. Essas análises foram preparadas assumindo que o valor dos ativos e passivos a seguir estivesse em aberto durante todo o exercício, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos.

Índices	31/12/2022	Cenário provável em 31/12/2023
CDI (a)	12,39%	12,75%

(a) Divulgado pelo BACEN (Relatório Focus - Mediana Agregado), 03 de março de 2023 – Fonte Externa Independente.

Exposição líquida dos instrumentos financeiros não derivativos	31/12/2022	Efeito Provável no LAIR - 2023 - (redução)
Ativos financeiros – Equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários - CDI	10.230	37

**16.5. Gestão de risco de crédito**

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. Esse risco é basicamente proveniente dos investimentos mantidos com bancos e instituições financeiras.

O risco de crédito do saldo mantido em caixa e equivalentes de caixa mobiliários é limitado porque as contrapartes são representadas por bancos e instituições financeiras que possuem níveis de classificação de crédito ("ratings") satisfatórios, o que caracteriza uma grande probabilidade de que nenhuma contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.

Com relação ao risco de crédito proveniente das transações com clientes e o ativo de contrato de concessão, a Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para perdas ou análises de crédito em relação aos seus clientes, pois o CUST, celebrado entre o ONS e os usuários da rede, tem como finalidade garantir o recebimento dos valores devidos pelos usuários às Transmissoras, pelos serviços prestados. Ademais, o CUST institui mecanismos de proteção ao pagamento dos encargos pelos usuários, por meio da celebração do Contrato de Constituição de Garantia - CCG ou da Carta de Fiança Bancária - CFB. É através do CUST que é realizada a administração da cobrança e liquidação dos encargos de uso da transmissão e da execução do sistema de garantias, no qual o ONS atua em nome das concessionárias de transmissão. As principais vantagens desses mecanismos de proteção são: (i) riscos diluídos, pois todos os usuários têm a obrigação de pagar a todos os transmissores; (ii) as garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários; e (iii) negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários. No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

**16.6. Gestão de risco de liquidez**

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas e linhas de crédito bancárias para captação de empréstimos, por meio do monitoramento dos fluxos de caixa e perfis de vencimento.

A Companhia possui empréstimos bancários que contêm cláusulas restritivas (“covenants”), que se não cumpridas, pode exigir que a Companhia pague tais compromissos antes da data de vencimento.

A tabela a seguir: (i) apresenta em detalhes o prazo de vencimento contratual remanescente dos passivos financeiros não derivativos (e os prazos de amortização contratuais da Companhia); (ii) foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações; e (iii) inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal.

<b>Financiamentos</b>	<b>Até 1 mês</b>	<b>De 1 a 3 meses</b>	<b>De 3 meses a 1 ano</b>	<b>De 1 a 5 anos</b>	<b>Mais de 5 anos</b>	<b>Total</b>
Pós-fixada	656	1.422	6.417	23.794	59.775	92.064

**16.7. Gestão dos riscos operacionais**

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Os principais riscos operacionais aos quais a Companhia está exposta, são:

Riscos regulatórios - Extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente. Caso a Companhia venha a infringir quaisquer disposições da legislação ou regulamentação aplicáveis, a referida infração pode significar a imposição de sanções pelas autoridades competentes.

Risco de seguros - Contratação de seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas subestações. Apesar da adoção de critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, danos nas linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica não são cobertos por tais seguros, o que poderia acarretar custos e investimentos adicionais significativos.

Risco de interrupção do serviço - Em caso de interrupção do serviço, a Companhia estará sujeita à redução de sua receita por meio da aplicação de algumas penalidades, dependendo do tipo, do nível e da duração da indisponibilidade dos serviços, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes.

Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas - Caso a Companhia expanda os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão, poderá incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades. Caso ocorra algum atraso ou algum dano ambiental no âmbito da construção e desenvolvimento de infraestruturas, tais eventos poderão prejudicar o desempenho operacional da Companhia ou atrasar seus programas de expansão, hipótese em que a performance financeira da Companhia poderia sofrer um impacto adverso.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Dado que a Companhia pode depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações, está sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados.

Adicionalmente, devido às especificações técnicas dos equipamentos utilizados em suas instalações, há disponibilidade de poucos fornecedores e, para determinados equipamentos, há um único fornecedor.

Caso algum fornecedor descontinue a produção ou interrompa a venda de quaisquer dos equipamentos adquiridos, pode não haver possibilidade de aquisição de tal equipamento com outros fornecedores. Nesse caso, a prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica poderá ser afetada, sendo obrigada a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa a sua condição financeira e seus resultados operacionais.

Risco técnico - Eventos de caso fortuito ou força maior podem causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários à re colocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia. Caso tais riscos se materializem, o desempenho financeiro e operacional da Companhia poderá sofrer um impacto adverso.

Risco de contencioso - A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, que são acompanhados pelos seus assessores jurídicos. A Companhia analisa periodicamente as informações disponibilizadas pelos seus assessores jurídicos para concluir sobre a probabilidade de êxito final das causas, evitando a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos.

A alta Administração é responsável pelo desenvolvimento e implantação de controles para mitigar os riscos operacionais: (i) exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; (ii) exigências para a reconciliação e o monitoramento de operações; (iii) cumprimento com exigências regulatórias e legais; (iv) documentação de controles e procedimentos; (v) exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; (vi) exigências de reportar os prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas; (vii) desenvolvimento de planos de contingência; (viii) treinamento e desenvolvimento profissional; (ix) padrões éticos e comerciais; e (x) mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz.

**16.8. Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo**

Os diferentes níveis foram definidos conforme a seguir: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos, (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços), e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

**16.8.1. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**

<b>Ativos financeiros</b>	<b>Nota explicativa</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>Hierarquia do valor justo</b>
Aplicações financeiras de curto prazo	4	5.441	3.127	Nível 2
Títulos e valores mobiliários	6	4.789	5.043	Nível 2

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

### 17. LUCRO POR AÇÃO

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	10.107	19.118
Quantidade de ações ordinárias	41.116	41.116
Lucro por ação ordinária – básico e diluído	0,24582	0,46498

A Companhia não possui instrumentos com efeito dilutivo.

### 18. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Composição da receita operacional líquida	2022	2021
Remuneração do ativo de contrato de concessão	12.008	10.815
Correção monetária do ativo de contrato de concessão	5.545	18.972
Operação e manutenção	1.950	1.750
Parcela variável	(91)	9
Outras receitas	71	131
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>19.483</b>	<b>31.677</b>
PIS e COFINS correntes	(559)	(482)
PIS e COFINS diferidos	(159)	(659)
Encargos setoriais	(200)	(181)
<b>Deduções da receita</b>	<b>(918)</b>	<b>(1.322)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>18.565</b>	<b>30.355</b>

Conciliação entre a receita bruta e a receita registrada para fins tributáveis do IRPJ e CSLL	2022	2021
Receita operacional bruta	19.483	31.677
(+/-) Efeitos de ajustes societários e tributação pelo regime de caixa	(4.168)	(18.043)
<b>Receita operacional bruta tributável</b>	<b>15.315</b>	<b>13.634</b>

### 19. NATUREZA DE CUSTOS E DESPESAS

	2022	2021
-Remuneração direta	(592)	(198)
-Benefícios	(80)	(88)
-FGTS e INSS	(82)	(64)
<b>Pessoal</b>	<b>(754)</b>	<b>(350)</b>
- Operação e manutenção	(76)	(13)
- Outros	(15)	(76)
<b>Materiais</b>	<b>(91)</b>	<b>(89)</b>
<b>Serviços de terceiros</b>	<b>(1.385)</b>	<b>(1.242)</b>
<b>Depreciação e amortização</b>	<b>(1)</b>	<b>(1)</b>
<b>Outros custos e despesas operacionais</b>	<b>(414)</b>	<b>(219)</b>
<b>Total custos e despesas</b>	<b>(2.645)</b>	<b>(1.901)</b>

A demonstração do resultado utiliza uma classificação dos custos e das despesas com base na sua função, cuja natureza dos principais montantes é demonstrada a seguir:

Custos com materiais: custos oriundos de reforços, manutenção e operação de linhas de transmissão.

Custos com serviços de terceiros: custos com operação, manutenção, elaboração de conteúdo digital, contrato de compartilhamento, transporte, vigilância e limpeza, auditoria e consultoria técnica, energia elétrica.

Outros custos e despesas operacionais: custos e despesas com aluguéis, patrocínio, seguros, impostos, contribuições e taxas.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

**20. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS**

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Renda de aplicação financeira	899	308
<b>Receitas financeiras</b>	<b>899</b>	<b>308</b>
Empréstimos e financiamentos - Encargos	(5.054)	(7.920)
Outras despesas (receitas) financeiras, líquidas	(768)	(671)
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>(5.822)</b>	<b>(8.591)</b>
	<b>(4.923)</b>	<b>(8.283)</b>

**21. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA – CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA**

O Plano Taesaprev foi criado na Forluz, entidade fechada de previdência complementar, da qual a Companhia passou a ser uma de suas patrocinadoras, tendo sua aprovação na Previc publicada em Diário Oficial no dia 2 de agosto de 2021. Em 31 de dezembro de 2022, 100% (100% em 31 de dezembro de 2021) do quadro efetivo de empregados da Companhia participava do Plano Taesaprev.

A única obrigação da Companhia é realizar as contribuições de acordo com as regras do plano de previdência privada, que são liquidadas até o mês subsequente ao reconhecimento dessas despesas. Os ativos do plano são mantidos em separado dos outros ativos da Companhia, sob o controle da Forluz. A principal patrocinadora da Forluz é a CEMIG (patrocinadora-fundadora), um dos controladores da Companhia.

A Companhia poderá a qualquer momento, observada a legislação, solicitar a retirada do patrocínio, que dependerá de aprovação pela autoridade governamental competente e estará sujeita à legislação pertinente. Em caso de retirada hipotética da patrocinadora do plano, o compromisso da patrocinadora está totalmente coberto pelos ativos do plano. Os valores de passivo, custos e despesas estão apresentados na nota explicativa nº 11 – Partes Relacionadas.

**22. OUTRAS INFORMAÇÕES**

Aspectos ambientais - A Política Nacional do Meio Ambiente determina que o funcionamento regular de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental. Abaixo as licenças ambientais concedidas à Companhia:

<b>Trecho</b>	<b>Licença de Instalação nº</b>	<b>Data de emissão</b>	<b>Vencimento</b>	<b>Órgão emissor</b>
LT Currais Novos II - Lagoa Nova II (a)	111138/2017	08/12/2017	08/12/2023	IDEMA
SE Currais Novos II (a)	129600/2018	28/12/2018	28/12/2024	IDEMA

(a) Licença simplificada.

Alteração na diretoria - Em 28 de dezembro de 2022, o Sr. Erik da Costa Breyer apresentou carta de renúncia ao cargo de Diretor Financeiro da Companhia, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2023.

Demonstração Contábil Regulatória - DCR - A demonstração contábil regulatória, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, será disponibilizada no sítio eletrônico da Taesa até 30 de abril de 2023, conforme determinado pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

\*\*\*\*\*

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

<b>Diretoria</b>	
<b>Nome</b>	<b>Cargo</b>
André Augusto Telles Moreira	Diretor Presidente
Vago	Diretor Financeiro
Marco Antônio Resende Faria	Diretor Técnico
André Augusto Telles Moreira	Diretor Jurídico e Regulatório
Fábio Antunes Fernandes	Diretor de Negócios
Luis Alessandro Alves	Diretor de Implantação

**Wagner Rocha Dias**  
**Contador CRC RJ-112158/O-3**  
**CPF nº 778.993.777-49**